

Governo estuda o

pagamento da dívida

15 JUN 1986

Externa

Eduardo Leão Coelho

O Governo Sarney aguarda, com grande expectativa, o desenrolar das negociações da dívida externa do México, para concluir sua estratégia de conversações, para o próximo ano, que poderá adotar uma das seguintes alternativas, atualmente em estudos nos Ministérios econômicos: um acordo plurianual, eliminando as futuras negociações, desde que o Brasil cumpra o ritual; ou o País adotar o que os técnicos classificam de "decisão unilateral conciliatória", isto é, o Brasil só pagará o que puder, exigindo de quebra a redução dos juros.

Em subseqüentes pronunciamentos, os ministros do Planejamento, João Sayad e da Fazenda, Dilson Funaro, têm reafirmado o desejo do Governo Sarney de mudar o padrão nas negociações da dívida externa. "Uma mudança qualitativa", define o ministro Sayad, argumentando que boa parte do déficit público é financeiro, ou seja, ocasionado pela dívida externa.

Na quarta-feira, por exemplo, o ministro Funaro adiantou qual será o possível comportamento do Brasil em relação às futuras negociações. Acossado pelas injunções do Clube de Paris, cobrando o pagamento dos US\$ 3,9 bilhões vencidos, Funaro mandou um cheque equivalente a 15 por cento desse total. "Tomamos uma decisão unilateral", esbravejou, vitorioso o ministro da Fazenda, na verdade repetindo os termos de um acordo ensaiado, semanas antes, com o Clube de Paris. E o Brasil ainda vai pagar juros este ano.

"O Governo está consciente de que não pode continuar remetendo ao exterior, a título de pagar a dívida, 3 por cento do Produto Interno Bruto e 23 por cento da Poupança interna", recordam fontes do Palácio do Planalto, reproduzindo o discurso que avança na área econômica do Governo, embora as negociações externas sejam tratadas com muita cautela.

"A crítica situação do México é um exemplo claro do fracasso do esquema de ajustamento imposto pelos Estados e Fundo Monetário Internacional", alerta o assessor para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo. "A situação mexicana é uma demonstração inequívoca de que as receitas de ajustamento, passadas pelo FMI, inviabilizam os países do Terceiro Mundo", completa.

US\$ 15 bilhões

Informam técnicos da área financeira que representantes brasileiros assinaram, há poucos dias, em Nova Iorque, o contrato que estabelece os critérios para a negociação de US\$ 15 bilhões, parte da dívida externa que vence em agosto próximo. Os banqueiros privados resistiram, mas

acabaram concordando com os argumentos brasileiros. Os credores queriam receber as parcelas da dívida repassadas pela Resolução 63 às empresas privadas que faliram (Auxiliar, Maisonnave e Comind).

O Brasil aceitou pagar uma taxa de risco de 1.1/4 por cento, canalizando 1/8 desse percentual para a formação de um fundo de reserva, destinado a cobrir as futuras dívidas de clientes falidos. A distribuição será proporcional, *pro rata*. Na oportunidade, ficou decidido, ainda, que o Brasil terá 7 anos de prazo e 5 de carência.

Observam os técnicos que, até aqui, as negociações brasileiras têm obtido relativo sucesso, mas temem fatores complicadores no próximo ano, pois o Governo Sarney têm como objetivo central reduzir os juros, para diminuir a remessa de dinheiro aos credores, a fim de fazer caixa e bancar o crescimento de 7 por cento do Produto Interno Bruto.

Diante das futuras dificuldades, técnicos do Governo estão trabalhando com duas alternativas:

Primeira: acordo plurianual — essa estratégia terá por base um entendimento que leva em conta o perfil da dívida externa a longo prazo. Neste caso, serão estabelecidas as formas e meios de pagamento (em vários anos) e não mais serão exigidos acordos subseqüentes, como vem ocorrendo, nos últimos anos.

Essa alternativa implica em duas coisas para ser factível: os banqueiros internacionais devem enviar novos empréstimos, voluntariamente, desde que o Brasil cumpra as exigências do acordo plurianual.

E é aqui que os acontecimentos do México são importantes para as futuras negociações brasileiras. "Depois dessa falência do México, é muito pouco provável que os banqueiros emprestem dinheiro, voluntariamente, ao Brasil", raciocina uma qualificada fonte do Ministério da Fazenda. "Hoje, os bancos emprestam dinheiro, involuntariamente, aos países devedores. Portanto, é pouco concretizável essa alternativa", assinala.

A segunda: é a decisão unilateral conciliatória — os técnicos do Governo desdobram esse conceito da seguinte forma: O Brasil lançaria na mesa de negociação as condições que considera satisfatórias e reais para pagar sua dívida. Em outras palavras: O Brasil dirá o que e como pagar, dependendo das condições econômicas do País, apesar de exemplos poucos felizes, como os da Argélia e do Peru. "Faz mais sentido essa alternativa, pois os juros serão reduzidos", destacam os técnicos.

Ela é unilateral na medida em que o País diz o que pode pagar e conciliatória, porque demonstra que está afastada a possibilidade de "calote". Há boa vontade. Faltam recursos.